

ATA Nº 03.2026 EM 27/03/2026


REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO TAIÓPREV

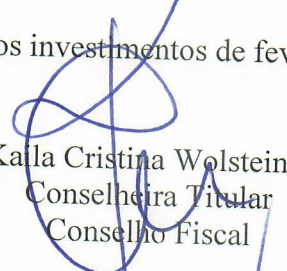
Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIÓPREV, realizada no vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sala de reuniões do TAIÓPREV. Atendendo convocação, compareceram os membros Titulares do Conselho Fiscal: Camila Hadlich Montagna Michels, Kaila Cristina Wolsteiner, Marcos Oliveira Padilha, Vanessa Manchein, Rita de Cássia Tomazoni e representando os suplentes Flavia Grah Caetano. Além da participação da Diretora Presidente Indianara Seman e da Diretora Administrativa Financeira Tayse Ariane Geremias. Aberto os trabalhos pela Presidente Vanessa, que cumprimentou os presentes e em seguida, apresentou a pauta do dia. **1. Leitura da ata da Reunião do Comitê de Investimentos – 25.03.2026;** **2. Leitura da ata do Conselho de Administração – 26.03.2026;** **3. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – fevereiro de 2026;** **4. Análise do balancete do mês de fevereiro de 2026.** **5. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos;** **6. Assuntos Gerais – Encontro ASSIMAPSC 13 e 14 de abril.** Iniciando pelo primeiro item da pauta. **1. Leitura da ata do comitê de investimentos 25.03.2026** Indianara faz a leitura da ata do comitê de investimentos do dia 25.03.2026 sendo estas colocadas para votação e todas as decisões foram aprovadas por unanimidade. **2. Leitura da ata do Conselho de Administração 26.03.2026** Em seguida, Indianara fez a leitura da ata da última reunião ordinária do Conselho de Administração, para que o Conselho Fiscal acompanhasse as deliberações daquele conselho. **3. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – fevereiro de 2026.** Indianara apresentou a carteira de fevereiro de 2026 que encerrou tendo sua composição dividida em Títulos Públicos na Curva 52,71%; Fundos de Renda Fixa 26,29%; Ativos de Renda Fixa 14,27%; Fundos de Renda Variável 6,37%; Investimentos no Exterior 0,29%; Contas Correntes 0,08%. A meta para o mês de fevereiro de 2026 ficou estabelecida em 1,16% sendo (IPCA + 5,68% A.A.) e a meta alcançada foi de 1,01% obtendo um retorno financeiro positivo no mês de R\$ 909.123,32 (novecentos e nove mil reais cento e vinte e três reais e trinta e dois centavos). Referente ao enquadramento da carteira com a nova resolução nº 5.272/2025 a carteira ficou desenquadrada na posição em ativos diretos e indiretos de um mesmo emissor (letras financeiras do BTG), mas como é desenquadramento passivo não é necessárias movimentações. **4. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos.** Indianara apresenta aos membros do conselho o memorando enviado pelo comitê de investimentos junto com o parecer e relatório de investimentos. Após análise do parecer e do relatório, o conselho fiscal deliberou pela aprovação dos investimentos do TAIÓPREV. O relatório e o parecer serão anexados a esta ata junto com o parecer desenvolvido pelo conselho fiscal referente aos investimentos do TAIÓPREV. **5. Análise do balancete do mês de fevereiro de 2026.** Indianara dá início a apresentação pelas receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de fevereiro de 2026. Assim como nos meses anteriores, mais uma vez o TAIOPREV encerrou o mês com déficit financeiro nos recursos previdenciários. Após a apresentação e análise dos conselheiros, os relatórios de receitas e despesas da Taxa de Administração e Recursos Previdenciários do mês de fevereiro de 2026 foram aprovados sem ressalvas pelo conselho fiscal. **6. Assuntos Gerais – Encontro ASSIMAPSC 13 e 14 de abril.** Indianara informou aos membros a deliberação do conselho de administração que liberou uma vaga ao conselho fiscal para a participação no Evento da ASSIMPASC de 13 a 14 de abril, Flavia Grah Caetano demonstrou interesse, sendo assim ficou definida a participação de Flavia como representante do conselho fiscal, o Conselheiro Marco disse que se houver a possibilidade de ampliar as vagas, que ele tem interesse em participar também. Nada mais havendo a tratar lavrou-se esta ata que segue por mim assinada, Tayse Ariane Geremias e demais membros do Conselho do Conselho Fiscal presentes na reunião.

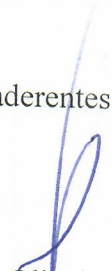
RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO:


- Aprovada as sugestões de alocações do Comitê de investimentos do mês de fevereiro de 2026;


- Aprovado as receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de fevereiro de 2026;
- Aprovado o balancete do mês de fevereiro de 2026 ;
- Aprovado os investimentos do mês de fevereiro de 2026 por estar aderentes a Política de investimentos 2026;
- Elaboração do Parecer sobre os investimentos de fevereiro de 2026

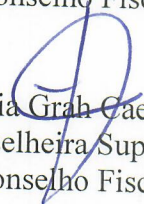

Vanessa Manchein
Presidente
Conselho Fiscal

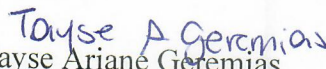

Kaila Cristina Wolsteiner
Conselheira Titular
Conselho Fiscal



Marcos Oliveira Padilha
Conselheiro Titular
Conselho Fiscal


Rita de Cássia Tomazoni
Conselheira Titular
Conselho Fiscal


Camila Hadlich M. Michels
Conselheira Titular
Conselho Fiscal


Flavia Grah Caetano
Conselheira Suplente
Conselho Fiscal


Tayse Ariane Geremias
Diretora Administrativa
Financeira


Indianara Semán
Diretora Presidente

Parecer 03/2026 do Conselho Fiscal
Competência: FEVEREIRO DE 2026

Considerando a previsão legal do Manual do Pró-Gestão RPPS aprovado em sua versão 4.0, com vigência a partir de 04/02/2026, instituído pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da Portaria MPS/SRPC nº 236/2026 – Manual do Pró-Gestão RPPS – em seu capítulo 11, Dimensões do Pró-Gestão, 3.5 Governança Corporativa, 3.2.6 Política de Investimentos, nível 1 – ‘elaboração de relatórios mensais, acompanhados de parecer do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Fiscal, de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à Política de Investimentos, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025.

Considerando que o comitê de investimentos do TAIOPREV é um órgão colegiado, que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da política de investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos na seção I do Capítulo 5 da Portaria 1.467/2022, tem desempenhado papel fundamental atendendo requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.

Considerando que o comitê de investimentos do TAIOPREV, tem respaldo da empresa SMI consultoria de investimentos devidamente qualificada para dar suporte e assessoramento das estratégias para que as necessidades atuariais do instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos, respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência;

Considerando as competências dos responsáveis pela gestão de recurso, assim denominadas: Gestor de Recursos e Diretora Financeira (executa os investimentos e desinvestimentos), Conselho de administração (aprova a política de investimentos), Comitê de investimentos (participa diretamente do processo decisório de formulação e execução), consultoria de investimentos (fornece sistema online, disponibilizando relatórios oriundos dos serviços de consultoria e controladoria prestados), Gestor/Administrador/distribuidor (são profissionais e agentes participantes do processo de gestão dos recursos do RPPS).

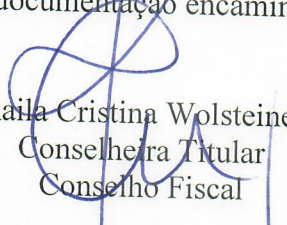
Considerando que dentre as atribuições deste Conselho, está o acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à Política de Investimentos, obedecendo os limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 e suas execuções, deliberadas pelo Comitê de Investimentos, em conformidade com o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 4.0, aprovado pela Portaria MPS/SRPC nº 236/2026.

Este conselho fiscal por seus membros vem **APROVAR** o parecer do **relatório de gestão de investimentos**, emitido pelo comitê de investimentos do mês de FEVEREIRO de 2026, considerando os aspectos contidos na documentação encaminhada pela assessoria de investimentos.

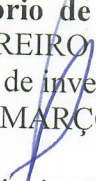
Taió, 27 de MARÇO de 2026.



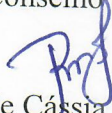
Vanessa Manchein
Presidente
Conselho Fiscal




Kaila Cristina Wolsteiner
Conselheira Titular
Conselho Fiscal



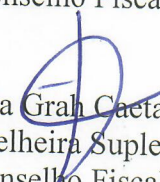
Marcos Oliveira Padilha
Conselheiro Titular
Conselho Fiscal



Rita de Cássia Tomazoni
Conselheira Titular
Conselho Fiscal



Camila Hadlich M. Michels
Conselheira Titular
Conselho Fiscal

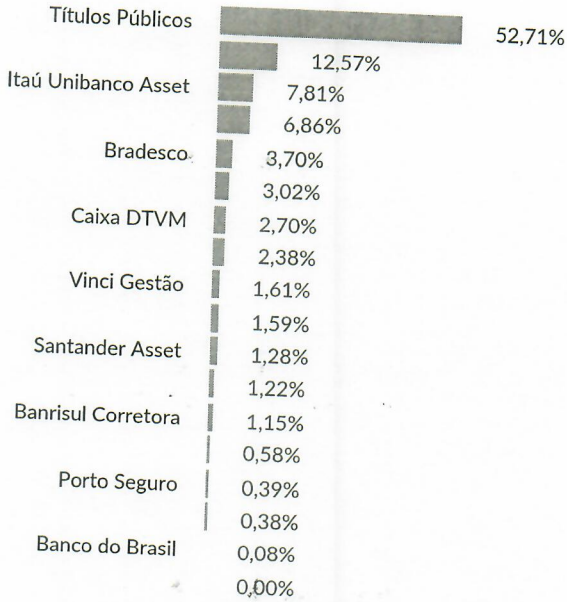


Flavia Grah Caetano
Conselheira Suplente
Conselho Fiscal

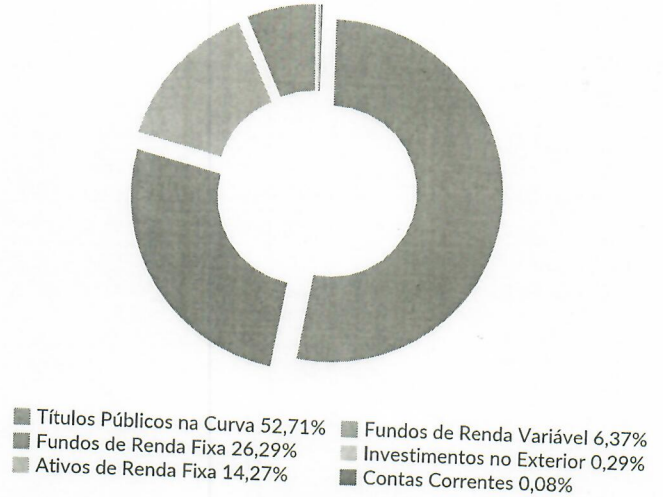
TAIÓPREV

Os recursos do TAIÓPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



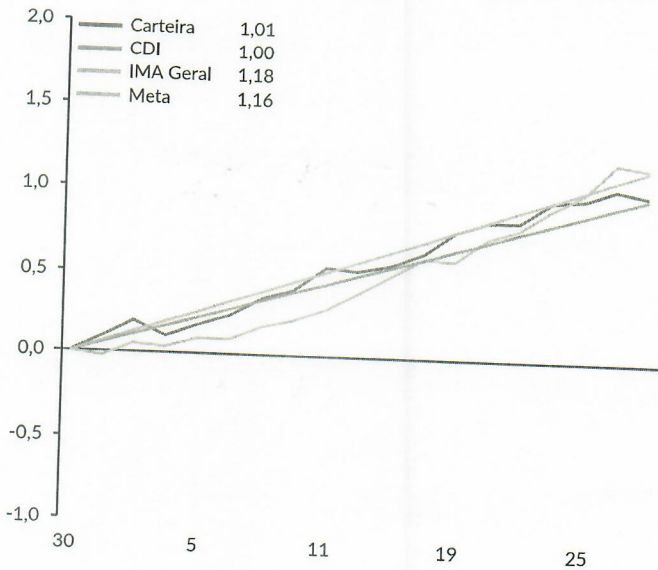
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



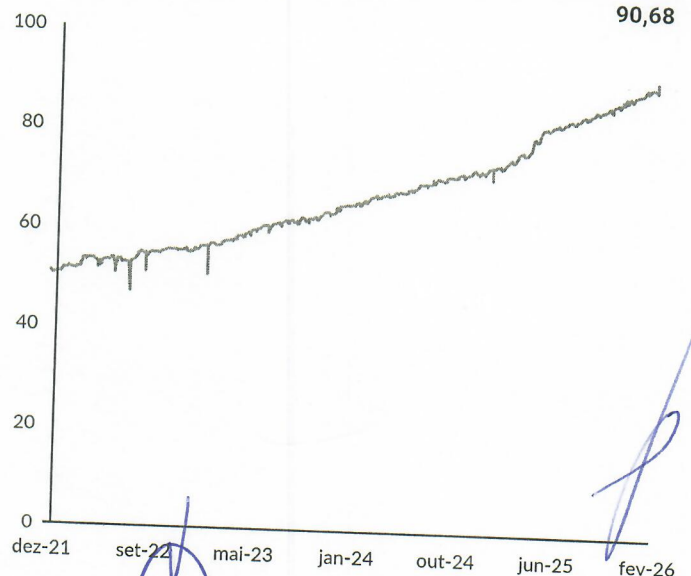
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
TAIÓPREV	1,01%	2,37%	13,39%
META - IPCA + 5,68%	1,16%	1,97%	9,35%
CDI	1,00%	2,17%	14,50%
IMA GERAL	1,18%	2,50%	15,17%
IBOVESPA	4,09%	17,17%	53,74%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

TAIÓPREV

No último dia do mês de fevereiro, o mundo foi surpreendido por um ataque coordenado dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Segundo o The Wall Street Journal, os serviços de inteligência israelenses e americanos vinham monitorando uma possível reunião entre altos líderes políticos e militares iranianos, considerada uma oportunidade estratégica para neutralizá-los simultaneamente. A motivação do ataque decorreu do insucesso das negociações com o Irã, que não teria demonstrado disposição para encerrar o enriquecimento de urânio nem para desmantelar seu programa de mísseis balísticos, levando à adoção de uma alternativa fora da via diplomática com o objetivo de enfraquecer o regime iraniano.

O ataque resultou na morte do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do Irã e principal autoridade decisória do país, além de outras figuras políticas e militares relevantes. O episódio marca um ponto de inflexão na geopolítica do Oriente Médio e amplia as incertezas em torno da estabilidade da região.

Nos dias seguintes, o conflito escalou rapidamente após medidas retaliatórias da Guarda Revolucionária do Irã contra países árabes do Golfo que abrigam bases americanas. Para os mercados, no entanto, o principal risco não está necessariamente no conflito em si, mas em seus potenciais efeitos sobre o fluxo global de energia, especialmente diante dos temores de interrupção no transporte de petróleo através do Estreito de Ormuz.

Dadas essas circunstâncias, o Estreito de Ormuz assume papel central na dinâmica do conflito. Trata-se de uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, localizada entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, com sua costa norte sob controle do Irã. Aproximadamente 20 milhões de barris de petróleo transitam diariamente pelo estreito, o equivalente a 20% da oferta mundial da commodity. Além disso, a região também é uma rota estratégica para o transporte de gás natural liquefeito (GNL), abastecendo principalmente Europa e Ásia.

Com o início das hostilidades, o fluxo de navios-tanque que transportam petróleo bruto foi substancialmente reduzido. Diversas embarcações passaram a retornar aos portos de origem, alterar rotas ou permanecer ociosas nas proximidades da região, refletindo tanto o risco de ataques quanto a elevação expressiva dos prêmios de seguro marítimo. Um eventual bloqueio prolongado da passagem poderia provocar uma alta significativa nos preços do petróleo e nos custos de frete, pressionando os preços de energia e alimentando uma inflação global mais elevada.

Do ponto de vista macroeconômico, choques relevantes nos preços do petróleo costumam se transmitir rapidamente para a inflação global. Esse tipo de movimento tende a elevar as expectativas inflacionárias no curto prazo e pode levar bancos centrais ao redor do mundo a adotarem uma postura mais cautelosa na condução da política monetária. Nesse cenário, aumentam as chances de manutenção de taxas de juros elevadas por mais tempo, caso os impactos inflacionários se mostrem persistentes.

Para além da dimensão geopolítica, outro vetor importante para a economia global tem sido a política comercial dos Estados Unidos. Desde o primeiro mandato do presidente Donald Trump, sua política tarifária vem gerando incerteza nas relações comerciais internacionais. Durante seu segundo mandato, a intensidade dessas medidas ganhou ainda mais relevância, provocando disrupções nas cadeias de comércio de diversos países.

Em 2 de abril de 2025, Trump anunciou a aplicação de tarifas universais e recíprocas sobre uma ampla gama de países, no evento que ficou conhecido como "Liberation Day". A decisão desencadeou uma corrida global por negociações comerciais com os Estados Unidos, adicionando novas camadas de incerteza ao comércio internacional.

O instrumento utilizado para impor parte dessas tarifas foi a International Emergency Economic Powers Act (IEEPA). O argumento da administração americana foi o de que o déficit comercial dos Estados Unidos representaria uma emergência de segurança nacional, o que permitiria a imposição de tarifas sem aprovação do Congresso. A IEEPA tornou-se, assim, um instrumento relevante de negociação comercial, conferindo maior agilidade e poder de barganha ao governo americano.

No entanto, no mês de fevereiro, a Suprema Corte dos Estados Unidos entendeu que Trump extrapolou suas prerrogativas ao utilizar a IEEPA para instituir tarifas sem consulta prévia ao Congresso. A decisão anulou todas as tarifas impostas por meio desse instrumento, reduzindo a taxa tarifária efetiva média da economia americana.

Logo após a decisão judicial, Trump anunciou uma nova tarifa global de 15% com duração de 150 dias, desta vez baseada na Seção 122 da lei de comércio dos Estados Unidos. Segundo estimativas da Wharton School, essa medida deverá majorar novamente as tarifas para níveis historicamente elevados. Nossa avaliação é que a política tarifária americana continuará sendo implementada por meio de diferentes instrumentos legais, mantendo um ambiente de incerteza nas relações comerciais internacionais.

A mudança no regime tarifário traz impactos positivos para alguns países que estavam sobretaxados pela IEEPA. Observam-se reduções tarifárias relevantes principalmente sobre o Brasil, China e Índia, uma vez que a Seção 122 substituiu alíquotas específicas que eram significativamente mais elevadas.

A decisão também abriu espaço para pedidos de reembolso por parte das empresas afetadas. As estimativas de arrecadação tarifária associadas à IEEPA somam cerca de USD 170 bilhões, valor que poderá ser alvo de solicitações de ressarcimento ao longo dos próximos meses. No entanto, segundo o Goldman Sachs, o maior banco de investimentos

do mundo, o impacto desses reembolsos tende a ser limitado, e as empresas provavelmente não reduzirão os preços de forma significativa em resposta à queda das tarifas.

Além das incertezas relacionadas ao comércio internacional, a economia americana também enfrentou desafios domésticos relevantes no período recente. No final do ano passado ocorreu a paralisação do governo federal ("shutdown") causada por um déficit de financiamento dos Estados Unidos, que durou entre 1º de outubro e 12 de novembro. A principal preocupação naquele momento estava relacionada aos possíveis impactos sobre o crescimento econômico do último trimestre do ano. Em fevereiro, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulgou a leitura do PIB, evidenciando que o shutdown teve impacto relevante ao reduzir a contribuição dos gastos governamentais e desacelerar o ritmo de expansão da economia americana.

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,4% no quarto trimestre de 2025, leitura abaixo das expectativas do mercado. Parte dessa desaceleração está diretamente associada ao shutdown, que afetou os servidores públicos e interrompeu temporariamente compras governamentais. A expectativa é de que esse efeito seja revertido na leitura do PIB do primeiro trimestre de 2026, com a normalização das atividades do setor público.

Desconsiderando esse fator temporário, as medidas subjacentes do PIB seguem apresentando dinâmica relativamente positiva. O consumo permanece resiliente, sustentado principalmente pelos gastos das famílias de maior renda, enquanto os investimentos continuam sendo impulsionados pelos elevados dispêndios em infraestrutura de inteligência artificial realizados por grandes empresas de tecnologia.

Em paralelo a esse ambiente de incerteza global, observamos ao longo dos últimos meses um movimento relevante de desvalorização do dólar, acompanhado pela saída de investidores de ativos americanos. Esse movimento tem beneficiado de forma relevante os mercados emergentes, incluindo o mercado acionário brasileiro, por meio de forte entrada de capital estrangeiro. Investidores globais têm buscado maior diversificação geográfica em um ambiente de maior incerteza em relação à economia americana.

Esse fluxo também tem sido direcionado para economias com maior exposição a commodities, como é o caso do Brasil. Como o mercado brasileiro é relativamente pequeno em comparação ao mercado americano, mesmo movimentos moderados de fluxo podem gerar impactos significativos sobre o desempenho dos ativos locais. A continuidade desse movimento impactou positivamente a bolsa de valores brasileira no mês de fevereiro. Enquanto o fluxo estrangeiro permanecer favorável para mercados emergentes, os ativos brasileiros tendem a continuar se beneficiando.




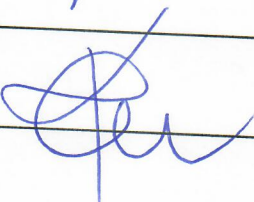
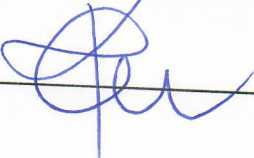
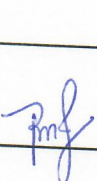

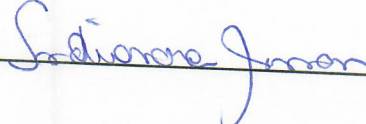
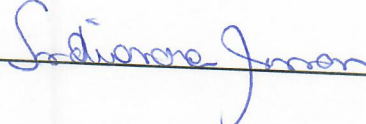

No caso brasileiro, o enfraquecimento do dólar também tem contribuído para um ambiente mais favorável para a inflação. A leitura do IPCA de janeiro não trouxe surpresas relevantes, com o principal impacto altista concentrado no subitem combustíveis em função da elevação do ICMS. Em fevereiro, a divulgação do IPCA-15 veio acima das expectativas do mercado. No entanto, parte relevante desse movimento pode ser explicada por fatores sazonais, como o início do ano letivo, reajustes de passagens aéreas e aumentos nas tarifas de transporte público urbano.

De forma geral, os índices correntes e as expectativas de inflação vêm apresentando uma dinâmica mais favorável, convergindo gradualmente em direção à meta. Esse processo tem fortalecido a confiança do Banco Central do Brasil para iniciar um ciclo de cortes de juros nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária.

As expectativas de melhora da inflação e a sinalização de início do ciclo de cortes de juros foram fundamentais para aliviar a curva de juros brasileira no mês. Como consequência, os índices de renda fixa prefixados e indexados à inflação apresentaram desempenho positivo no período. Ainda assim, as incertezas adicionais no cenário global adicionam uma camada extra de risco que tende a limitar movimentos adicionais de fechamento da curva de juros, principalmente nos vértices mais curtos.

Ainda assim, o ponto central para os investidores segue sendo a evolução do conflito no Oriente Médio e seus potenciais impactos sobre os preços de energia. Caso o preço do petróleo permaneça elevado por um período prolongado, os efeitos inflacionários podem levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa ao longo do ciclo de flexibilização monetária.

LISTA DE PRESENÇA - CONSELHO FISCAL 27.03.2026

- ✓ Camila Hadlich Montagna Michels 
- François Ferdinand de Bem Urban 
- ✓ Vanessa Manchein Vanessa Manchein
- ~~Flávia Grah Castano~~ Flávia Grah Castano
- ~~David Cordeiro Schmidt~~
- ✓ Marcos Oliveira Padilha 
- Albanir Buzzi Junior 
- ✓ Kaila Cristina Wolsteiner 
- Maura Alves de Melo 
- ✓ Rita de Cássia Tomazoni 
- Eliana Peron Zanluca 
- Indianara Seman 
- Roberta Lini Negherbon 
- Tayse Ariane Geremias Tayse A. Geremias

